

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2007
(Do Sr. João Oliveira e outros)

Acrescenta o § 13 ao art. 62 da
Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal,
nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte
emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 62 da Constituição Federal passa a vigorar
acrescido do § 13, com a seguinte redação:

"Art. 62.....

*§ 13. Se o juízo prévio do plenário de qualquer uma
das Casas do Congresso Nacional concluir que a medida
provisória não atende a seus pressupostos constitucionais,
a matéria nela disciplinada passa a constituir projeto de lei,
observado o disposto na parte final do § 3º.*

....." (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data
de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Determina o *caput* do art. 62 da Constituição Federal que o
Presidente da República, nos casos de urgência e relevância, poderá adotar
medida provisória, com força de lei, devendo submetê-la de imediato ao
Congresso Nacional.



143EE50B11

Estabelece o § 9º do referido art. 62 que a medida provisória, chegando ao Congresso Nacional, será examinada por uma Comissão mista de Senadores e Deputados, que apresentará parecer por sua aprovação ou não.

Após o exame pela Comissão mista, a medida provisória será encaminhada à Câmara dos Deputados, que sobre ela deliberará, devendo, antes de analisar seu mérito, efetuar juízo prévio sobre a presença ou não de seus pressupostos constitucionais, isto é, da relevância e urgência, conforme reza o 5º do citado art. 62.

Uma vez aprovada na Câmara dos Deputados, a medida provisória será encaminhada ao Senado Federal, que, de igual modo, examinará a presença ou não dos pressupostos constitucionais exigidos para sua edição, antes da análise do seu mérito.

Com o fito de prestigiar o processo legislativo da medida provisória, evitando-se o arquivamento precoce de seu texto, a presente Proposta de Emenda à Constituição prevê que, na hipótese do juízo prévio da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal concluir pela inexistência dos pressupostos de relevância e urgência, a matéria nela contida passará a constituir projeto de lei, observada a exigência de o Congresso Nacional, por decreto legislativo, regular as relações jurídicas dela decorrentes.

Ante o exposto, esperamos contar com o apoio dos nossos ilustres Pares no Congresso Nacional para a aprovação desta proposta de emenda à Constituição.

Sala das Sessões, em de de 2007.

Deputado JOÃO OLIVEIRA



143EE50B11

2007_13274_João Oliveira



143EE50B11